

6º COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS

GT 3 - Marxismo e ciências humanas

Sobre a ideia de emergência em Lukács e Bhaskar: para uma defesa da historicidade das estruturas sociais

*Rodrigo Delpupo Monfardini**

Introdução

A teoria social fundamentada na teoria marxista sempre está em embate com correntes teóricas que negam, de modo explícito ou velado, a historicidade no mundo social. E as teorias que negam a historicidade são dominantes em *todas* as ciências da sociedade. Podemos afirmar *todas*, sem perigo de erro, pois são dominantes as teorias que refletem a visão de mundo dominante. E na sociedade capitalista são dominantes as ideias que afirmam a perenidade do capital, sua insuperabilidade. Em suma, são dominantes as teorias que negam a história.

Por meio de um argumento filosófico é possível demonstrar a historicidade das estruturas sociais e, por meio dessa demonstração, oferecer uma base mais sólida para a defesa da história. Um argumento filosófico é necessário visto que o estudo das diversas sociedades, se feito de modo desprovido de uma explícita teoria a respeito do seu desenvolvimento, não é capaz de mostrar a sua historicidade. O estudo da sucessão de acontecimentos não dá de imediato o seu caráter histórico. Onde teóricos do campo marxista vêem sociedades com formas de sociabilidade distintas, teóricos da ortodoxia da ciência econômica, por exemplo, vêem sociedades que estão dentro de uma trajetória de desenvolvimento rumo a uma sociedade de maior consumo e baseada no mercado¹. Sociedades que, evidentemente, podem estar seguindo em direção a esse ponto final da

* Mestrando em economia da Universidade Federal Fluminense e membro do grupo de pesquisa *Teoria Social e Crítica Ontológica* (UFF). E-mail: rodrigodelpupo@gmail.com

¹ Em economia há vários exemplos. Rostow, por exemplo, em um livro de nome sugestivo, *Etapas do desenvolvimento econômico*, afirma que as sociedades passam por cinco etapas, sendo a última, a era de consumo de massas (a sociedade norte-americana da década de 60), o ponto de chegada. Cf. W. W. Rostow, *Etapas do desenvolvimento econômico*. São Paulo, Zahar, 1971.

história ou podem estar estagnadas, paradas no caminho. Como diz a tese Duhem-Quine, utilizada nos debates de filosofia da ciência, sobre um mesmo conjunto de dados é possível criar n teorias. Ou seja, todas as teorias se referem ao mundo, e interpretam esse mesmo objeto de diferentes maneiras, em muitos casos completamente diversas. Assim, a única base para oferecer um argumento que sustente a história é por meio de um procedimento de abstração, de um argumento filosófico, que dê base para uma explanação do movimento da sociedade que consiga abarcar mais momentos e ser mais explicativo do que as teorias ortodoxas.

Somente a teorização desses processos (isto é, somente um argumento teórico ou filosófico) é capaz de nos mostrar a historicidade do mundo social. E dois autores que explicitam essa dimensão e, em nossa opinião, contribuem para tornar mais clara a questão, são o húngaro Györg Lukács e o britâncio Roy Bhaskar. Em ambos aparece a ideia de *emergência*, que é a base para o seu tratamento da história.

Nesse artigo pretendemos apresentar a noção de emergência em cada um dos autores, mostrar a sua proximidade e estabelecer a sua fecundidade na fundamentação de uma teoria da sociedade que seja capaz de dar uma efetiva resposta aos teóricos do fim da história, isto é, a todas as ciências da sociedade que são dominantes.

O conceito de emergência em Roy Bhaskar

Roy Bhaskar é um autor britânico que trabalha no campo da filosofia da ciência e situa-se na corrente chamada de *realismo crítico*, que está em oposição com as filosofias da ciência de base positivista. Quando discute a noção de emergência, sua crítica básica é à redução das ciências sociais ao mesmo método das ciências naturais, reducionismo que nega o que há de qualitativamente diferente entre sociedade e natureza. E dessa crítica se deriva a base para afirmar a historicidade do mundo social, que é o que pretendemos tratar aqui em mais detalhe. Mas falemos de cada um dos momentos.

Em *Societies*², Bhaskar tem como objetivo estabelecer as possibilidades e limites para o conhecimento da realidade social e demonstrar o erro do reducionismo. Segundo ele,

² Roy Bhaskar, “Societies”. In: Margareth Archer et al (orgs.), *Critical realism - essential readings*. London, Routledge, 1998, pp. 206-257.

colocar a sociedade sob leis análogas às leis físicas não dá conta de explicar o agir intencional e a mutabilidade das estruturas sociais. A sociedade, apesar de haver emergido do mundo natural, está submetida a leis distintas dele. Tony Lawson, outro autor da corrente do *realismo crítico*, consegue sintetizar bem a noção de emergência:

Emergência pode ser definida como a relação entre características, ou aspectos, tal que uma característica surge a partir da outra e, embora seja capaz de retroagir sobre ela, permanece causalmente e taxonomicamente irreduzível a ela. [...] Nosso intuito de separar a ciência da esfera social, centrada na intencionalidade do agir humano e envolvendo o reconhecimento de uma realidade e a relativa autonomia da estrutura social condicionadora de ações, remonta à consideração da irreduzibilidade da sociedade à natureza.³

A emergência é o surgimento de uma forma de ser mais complexa a partir de uma menos complexa, como por exemplo o surgimento do ser social a partir do ser natural, mas que por ser mais complexa não pode ser reduzida à forma da qual se originou (o que seria um *reducionismo*). E ali o autor já aponta qual o elemento novo que aparece com o surgimento da sociedade: a intencionalidade do agir humano. Desconsiderar essa característica é reduzir o social às mesmas leis do natural, sem levar em conta a especificidade do primeiro. Em suma, a emergência é o *novo*, aquilo que não existia na forma mais simples como *efetividade*, mas apenas como *possibilidade*.

Por meio da ideia de emergência Bhaskar mostra que a sociedade surge do ser natural e só pode existir se o ser natural continuar existindo, o que não significa que a sociedade está submetida às mesmas leis que regem a natureza. Em outros termos, podemos dizer que só após grande desenvolvimento da vida orgânica é possível surgir a sociedade, algo qualitativamente distinto da vida orgânica, algo *novo*. E essa noção é capaz de trazer ao pensamento essa característica, o que dá base para uma teoria social mais explanatória e, portanto, superior às teorias que sugerem o mesmo método para as ciências naturais e sociais.

Partimos agora para o segundo momento, o da historicidade do mundo social. A ideia de emergência nos permite explicar o novo. Desse modo, ela serve de base a uma teoria da história em que 1) não há um fim pré-determinado, a sociedade atual, e que 2) mostra que a possibilidade de surgimento de uma nova forma de sociabilidade a partir da forma atual não está fechada de antemão.

³ Tony Lawson, *Economics and Reality*. London, Routledge, 1997.

Tratando de 1), a visão de que há um fim pré-determinado é uma visão teleológica do movimento da sociedade. A partir dela todas as formas de sociedade anteriores ao capitalismo são vistas como estando no caminho em direção a essa forma vista como final, e contêm nelas mesmas esse impulso em direção ao ponto de chegada. A ideia de emergência não nega que a forma de sociabilidade atual, globalmente dominante, estava contida como *possibilidade* naquelas formas antigas, pois se assim não fosse essas formas não seriam hoje dominadas pelo capital. Mas ela não afirma que o capitalismo era uma *necessidade*, um final inexorável: outras possibilidades estavam em aberto, mas foi o capitalismo que se efetivou.

Uma visão teleológica do movimento da sociedade não abre espaço para o novo, para a emergência: o que hoje chamamos de novo seria apenas o desenvolvimento necessário de algo que já existia, seria sua expressão. Desse modo, a história é concebida como um processo em que se desenrola esse desenvolvimento necessário; o capitalismo é esse fim já efetivado: é quando a história termina.

Tratando do ponto 2), de acordo com a noção de emergência as diversas formas de sociabilidade contêm possibilidades de desenvolvimento e superação. E o desenvolvimento das sociedades é a *efetivação* de alguma dessas possibilidades. Desse modo, o capitalismo era uma possibilidade existente dentro do feudalismo e seu surgimento só pode ser entendido a partir do entendimento do processo de dissolução das estruturas feudais; no entanto, afirmar que era logicamente necessário que o capitalismo emergisse do feudalismo é dar um caráter teleológico ao processo.

Desse modo, a noção de emergência dá base para uma explicação do movimento da sociedade que é capaz de mostrar que pode surgir algo novo de formas antigas, mas que pelo fato de surgirem dessas formas não são redutíveis e explicáveis nos termos delas; e, a despeito de não explicar formas novas como um simples desenvolvimento lógico e teleológico de formas anteriores, é capaz de mostrar como essas formas novas têm sua gênese nas formas antigas. Em suma, a noção de emergência dá base para uma explicação materialista e não teleológica do desenvolvimento das sociedades.

Nos autores do realismo crítico que apresentamos, Bhaskar e Lawson, a noção de emergência aparece sistematizada de forma mais explícita. É por isso que apresentamos primeiro esses autores, que cronologicamente escrevem depois de Lukács. Agora nos

voltaremos para esse último e trataremos em especial de *Para Ontologia do Ser Social*, onde essa ideia de emergência aparece dentro de sua explicação da gênese do ser social.

O conceito de emergência em Lukács

A noção de emergência em Lukács e em Bhaskar são bastante próximas, de modo que tratá-la de maneira mais abstrata e genérica não traria nada substancialmente novo. O que faremos aqui é mostrar como essa noção aparece em *Para ontologia do Ser Social* no delineamento de uma teoria da história.

Há dois capítulos da *Ontologia* em que essa noção tem uma importância em especial: no capítulo 4 da parte I, intitulado *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*⁴, e no capítulo 5, na parte II, intitulado *O trabalho*⁵. No primeiro o autor trata do que seria a teoria da história em Marx e, no segundo, qual o papel do trabalho na historicidade do Ser Social. Dada a nossa problemática, o melhor método de exposição é dado pela inversão de capítulos: primeiro apresentaremos como o tema da emergência aparece em *O trabalho* para só depois tratarmos do capítulo sobre Marx. Isso porque, na interpretação de Lukács, em Marx a base da emergência do Ser Social é o trabalho, e a ideia que nos interessa nesse capítulo fica mais clara depois da discussão sobre o trabalho.

Em *O trabalho*, Lukács chama de trabalho o agir finalístico, isto é, a ação que é precedida de uma ideação de sua finalidade e dos meios para alcançá-la. Assim o ser humano, diferentemente das demais formas de vida animada, cria o objeto na cabeça antes de criá-lo na realidade. Defendendo a sua tese, Lukács se utiliza desse famoso trecho escrito por Marx:

Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha supera mais de um arquiteto ao construir sua colmeia. Mas o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo do trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalhador.⁶

⁴ Györg Lukács, *Para ontologia do ser social – O trabalho*. Tradução: Ivo Tonet. Mimeo, 2008.

⁵ Györg Lukács, *Para ontologia do ser social – Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

⁶ Karl Marx, *O capital*. Livro I, vol. 1. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, pp. 211-212.

Comentando esse trecho, Lukács afirma: “Desse modo é enunciada a categoria ontológica central do trabalho: através dele realiza-se, no âmbito do ser material, uma posição teleológica que dá origem a uma nova objetividade”⁷. Por meio do trabalho o homem reproduz a própria vida por meio de um agir teleológico, finalístico.

A própria atividade do trabalho é um ato de criação, a partir da matéria dada pela natureza, de algo que não está contido nela. Uma cadeira de madeira, por exemplo, não é algo natural; somente a madeira o é. É o homem que enxerga na madeira a possibilidade de sua transformação, por meio do trabalho, em algo que sirva a uma finalidade específica. Isto é, a cadeira de madeira estava contida na natureza como possibilidade (se essa possibilidade não existisse cadeiras não poderiam existir), mas é uma possibilidade que pode se efetivar somente por meio do trabalho (a natureza, por si mesma, não produz cadeiras). E apesar de ser um objeto realizado a partir de material dado pela natureza, apesar de pressupor a natureza, distingui-se dela: não é natural, mas social. O trabalho é, dessa maneira, uma atividade consciente de criação do novo. E é aí, para Lukács, a base para a emergência do ser social.

A especificidade do ser social em relação ao ser orgânico, do qual emerge, é que ele se autoproduz. E sua autoprodução é característica que marca tanto seu processo de emergência a partir do ser orgânico como sua própria reprodução. E o trabalho, atividade de produção com base em finalidades postas, é central nesse processo: é a partir do agir intencional do trabalho que emerge o social do natural e, dentro do ser social, é dele que emergem os demais complexos da realidade. É dessa base, que diz respeito à reprodução da vida material, que emergem os demais complexos relativamente autônomos (a arte, a política etc), que se ligam a ele numa totalidade. Assim, o trabalho realiza esse processo de emergência do ser social a partir do natural, e pode ser dividido em 1) um salto ontológico, isto é, um salto de uma forma de ser a outra, salto no qual emerge da natureza o ser humano, com um agir finalístico, característica *nova*, sem nenhum análogo na natureza, e 2) o constante afastamento do ser social em relação ao natural, isto é, a emergência de complexos sociais não ligados ao econômico em sentido direto, apesar de emergirem do momento da reprodução da vida e estarem ligados a ele de forma indelével, o que significa um constante afastamento do social em relação ao natural (aquilo que Marx chamou de “recesso das

⁷ Györg Lukács, *Para ontologia do ser social – O trabalho*. Tradução: Ivo Tonet. Mimeo, 2008, p. 4.

barreiras naturais”).

Neste capítulo Lukács oferece uma base para o entendimento da emergência do ser social e o fundamento da sua reprodução. A partir do trabalho é possível explicar como o ser social se efetiva a partir do ser orgânico (mas sendo irredutível a ele dado que é algo novo e mais complexo, com novas determinações) e por meio de que processo mais geral esse ser efetivado se transforma, transformação que deve ser entendida como efetivação de possibilidades colocadas em cada momento do desenvolvimento do ser social.

O capítulo *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx* servirá de base, na próxima seção, para a discussão a respeito das possibilidades abertas de superação do capitalismo, que é o ponto fundamental para fazer frente às teorias que advogam que o capitalismo é a sociedade final.

Sobre as possibilidades de superação do capitalismo

Apresentada a ideia de emergência e demonstrado como ela pode servir de base para demonstrar a não perenidade da sociedade do capital é necessário, para não cair numa perspectiva idealista, demonstrar quais as possibilidades que a sociedade capitalista abre para a sua superação. Como a emergência é a efetivação de alguma das possibilidades contidas em determinada forma social, é necessário demonstrar quais possibilidades estão em aberto. Afirmar que a característica da emergência está presente em toda a história não é suficiente para demonstrar que existem possibilidades abertas hoje. Uma perspectiva que considera que o capitalismo é o ponto final da história pode muito bem aceitar a característica de emergência e apontar que não há possibilidades abertas para a superação dessa forma de sociedade.

Lukács, no capítulo *Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*, mostra a realidade como um complexo de complexos. A partir do trabalho, base para a emergência do ser social, vão emergindo esferas com relativa autonomia em relação ao momento da produção material. Ela é relativa porque a reprodução da vida material é o primeiro

momento da vida social⁸, mas a autonomia existe porque nessas esferas o econômico não repercute de maneira direta e determinista: cada um desses complexos tem uma legalidade própria, que pode inclusive ir de encontro à legalidade do econômico. Para tratar do que nos interessa, isto é, das possibilidades de emergência de uma nova forma social a partir do capitalismo, falemos apenas de um desses complexos: a ciência⁹.

A ciência busca um conhecimento objetivo da realidade. E no capitalismo, a ciência tem grande impulso: a dinâmica do mercado exige progresso técnico, o que torna uma necessidade o desenvolvimento da atividade científica. Esse desenvolvimento exige um aumento na sua autonomia relativa, isto é, exige uma certa divisão do trabalho (por exemplo, necessita de funcionários especializados e laboratórios separados do processo produtivo). A atividade científica tem seus próprios valores, como por exemplo o da verdade, que são diferentes dos valores da produção, que nesta sociedade guiam a ciência em última instância. Por isso, no caso da ciência social, abre-se a possibilidade de clarear o funcionamento das estruturas sociais, mostrando o quanto elas podem ser restritivas. É por isso que Bhaskar afirma que a ciência só pode ser emancipatória. Numa crítica a Giddens, Bhaskar afirma:

O conhecimento é benéfico de maneira assimétrica para as partes envolvidas em relações de dominação. Além do mais, em geral, o conhecimento explanatório aumenta a gama de possibilidades conhecidas e, desse modo, *ceteris paribus* faz pender “a balança de forças ideológica” contra o conservadorismo e o *status quo* (completamente à parte de seus outros efeitos). Em consequência, é totalmente errado considerar que a ciência social é igualmente “um potencial instrumento de dominação” e “da expansão da autonomia racional de ação”.¹⁰

Para Bhaskar, uma atividade com *status* de ciência mas que não seja explanatória, isto é, que não esclareça o funcionamento das estruturas sociais, se limitando a prescrever determinados tipos de práticas para se atingir fins dados de antemão, é na verdade uma

⁸ Como diz Marx, na Ideologia Alemã: “O primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda história (é) o pressuposto [...] que os homens têm de estar em condições de viver para serem capazes de “fazer história”. Mas a vida envolve, antes de qualquer outra coisa, comer e beber, uma habitação, vestuário e muitas outras coisas. O primeiro ato histórico é, dessa forma, a produção dos meios para satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida material (apud Bhaskar, 1998, p. 251).” E logo abaixo, Bhaskar lembra que “O ‘primeiro ato histórico’ tem de ser entendido, é claro, em um sentido analítico, não cronológico (*ibid*, 251).”

⁹ Outro complexo de grande relevância quando se pensa numa sociedade pós-capitalista é a política. Por limitações de espaço, no entanto, não será possível tratá-la aqui. Focaremos na atividade científica, o que nos permitirá mostrar a possibilidade de surgir uma teoria crítica a partir de uma ciência que se desenvolve devido aos imperativos do capital (como mostraremos a seguir), ilustrando a ideia que estamos defendendo: que essa forma de sociabilidade cria a possibilidade de sua superação.

¹⁰ Roy Bhaskar, “Societies”. In: Margareth Archer et al (orgs.), *Critical realism - essential readings*. London, Routledge, 1998, p. 254.

“praxiologia”¹¹.

A teoria social desenvolve-se como imperativo de uma sociedade que necessita de certo gerenciamento para que funcione (dada a dimensão global do mercado, a falta de gerenciamento pode levar a um colapso). Assim, demanda-se explicações a respeito da realidade que, mesmo que atenda a objetivos bem definidos de manutenção da ordem estabelecida, devem ser minimamente objetivos, captar a realidade mesmo que de forma parcial, para atender aos seus objetivos¹². Desse modo, o capitalismo forja uma ciência que pode explicar melhor as estruturas sociais e demonstrar o nexo interno básico dessa forma de sociabilidade: a dominação dos indivíduos por uma relação social estranhada (o capital). A tomada de consciência de que a sociedade e as necessidades humanas estão submetidas aos imperativos da dinâmica autoexpansiva do capital é condição necessária para o avanço em direção a uma sociedade onde esta submissão seja suprimida. A ciência, que se desenvolve a partir das necessidades do capital, abre a possibilidade também para a sua superação. Essa é uma das possibilidades abertas.

Considerações finais

As teorias sociais dominantes têm como pressuposto básico a postulação da ideia de perenidade da sociedade do capital, o que faz com que sua refutação seja a tarefa primeira de qualquer teoria crítica dessa sociedade. Acreditamos que Lukács e Bhaskar, autores cujas obras mencionadas são pouquíssimo estudadas no Brasil, possuem escritos muito fecundos sobre essa questão. Oferecem uma reinterpretação de Marx que ressalta a contribuição valiosa do autor para o estabelecimento das bases de uma teoria crítica, isto é, para a fundamentação de uma teoria da história não determinista e ao mesmo tempo não voluntarista, em que a sociedade do capital não é a sociedade final: ela não é o desenvolvimento necessário do processo histórico anterior e contém em si possibilidades para a própria superação.

¹¹ Ibid, 210.

¹² O surgimento da Economia Política no século XVIII é um exemplo dessa necessidade.